

quarta-feira, 15 de maio de 2019

[Twitter](#)

[RSS](#)

## Cultura Digital em São João del-Rei

- [Home](#)
- [Conferência Mun. Cultura](#)
- [Discussão](#)
- [Regimento Int. da I CMC](#)
- [Programação da I CMC](#)
- [Conselhos de Cultura](#)

## Conferência Livre da região de Matosinhos



Ontem, dia 19 de outubro, realizou-se a Conferência Livre na região de Matosinhos em São João del-Rei. Tivemos a presença dos seguintes setores culturais: Folclore, teatro, música, capoeira, arte-educação e literatura. A participação foi pequena devido ao fato da região ser a mais populosa da cidade, mas nem por este motivo a discussão foi “fria”.

Foram levantadas as seguintes questões, entre outras:

- Falta de apoio/ incentivo à produção cultural, às atividades culturais na região, como espaço para que bandas locais sejam promovidas nos eventos da cidade, grupos de folias de reis, congados, etc.;
- Não-acesso pelos moradores dos bairros envolvidos aos produtos culturais da cidade, muitas vezes por falta de informações;
- Necessidade de parcerias entre agentes culturais e o poder público.
- Falta de transparência na distribuição dos recursos públicos para a Cultura.

Foi levantada pelos agentes culturais da região a necessidade de os próprios fazedores de cultura dos bairros envolvidos se mobilizarem para criarem seu espaço, mesmo sem o apoio do poder público, mas nunca deixar de cobrar por Políticas Públicas municipais para a Cultura.

A questão do mapeamento dos agentes e fazedores culturais foi colocada como um fator que ainda engatinha. Segundo diversos agentes, vários mapeamentos foram feitos e nenhuma ação realizada a partir deles. Com as mudanças de governos, perdem-se os dados e começam novamente os mapeamentos. Falta sistematização dos dados culturais na cidade.

Enfim, foi um momento em que a discussão, que será realizada na I Conferência Municipal de Cultura de São João del-Rei, comece a ser apresentada por quem faz a Cultura, por quem se “alimenta” dela. São momentos assim que nos encorajam a seguir em frente na luta pelo alcance dos objetivos da Conferência.

**Por: Paulo José de Souza**

**Administrador pela UFSJ**

**Pós-graduando em Políticas Públicas e Gestão Social pela UFJF**

20 out 2009

por Comissão Organizadora

[0 Comentários](#)

[Conferências Livres](#)

[Matosinhos](#)

## Cultura e sustentabilidade



O reconhecimento da cultura como atividade econômica é muito recente. Até o início do século 20 a tratávamos apenas como patrimônio simbólico. Tanto nos estudos antropológicos quanto nos sociológicos, aprendemos a enxergá-la como coisa dada, o que está impresso em nossos códigos de convivência e consolidamos como civilização.

Arrisco-me a explorar uma outra dimensão que a cultura pode assumir a partir de uma visão mais ampla e contemporânea deste conceito. Refiro-me às dinâmicas de sociabilidade, às tecnologias de convivência, ao diálogo, às conversações e redes. Sistemas de intercâmbio e inter-relação reforçados pelo surgimento das novas tecnologias, mas não exclusivos aos territórios virtuais.

Imaginar e expressar o futuro. Pensar cultura como um farol voltado para as novas formas de expressão e convivência que podemos construir a partir do conhecimento disponível. A ética como princípio norteador.

A consolidação da economia como ciência dominante em nosso tempo fez com que lhe subordinássemos todas as outras formas de manifestação humana como fenômenos derivativos, seguindo uma lógica e uma codificação próprias. E com a cultura não foi diferente.

E daí vem a tentação de transformar ricas manifestações culturais em commodities baratos, manuseadas de maneira rasteira e linear por profissionais reprodutores de um conjunto de regras e tecnologias que só interessam à manutenção de um perverso sistema de poder, que se sustenta sobretudo pelo domínio dos meios de produção e distribuição de conteúdos culturais.

Mas o que é a economia senão um fenômeno cultural? O que são o dinheiro, o *market share*, a pontuação da bolsa de valores, senão valores simbólicos desprovidos de sentido fora de um conjunto de códigos rigorosos chamado “mercado”. Mergulhados nesse contexto, corremos o risco de perder a capacidade de desvendá-los e tornamo-nos apenas agentes de manutenção e disseminação de um sistema de valores linear, unilateral e, por que não, desumano.

Nessa condição, o consumo consolida-se como a forma de expressão mais forte e presente, sobretudo nos grandes centros urbanos. A própria arte passa a ser resignificada e vista como meio de produção e objeto de consumo. Corre, assim, o risco de perder a condição e a capacidade de revelar e traduzir a alma humana, suas contradições e riscos. De sua condição única e insubstituível de dar forma à utopia, passa a mera reprodutora de um sistema que o incapacita para o exercício desse olhar mais agudo e sensível.

O Brasil vivenciou na última década um grande salto quantitativo e qualitativo nas relações de trabalho na área cultural. Cultura, como atividade econômica, saiu do confinamento, ultrapassou fronteiras, mas ainda mantém vícios e dependências de uma atividade ligada aos poderes político e econômico.

O país entrou de forma definitiva no cardápio do entretenimento global. Um dos principais mercados das chamadas *majors* do cinema e da indústria fonográfica, o país vivencia a efervescência de uma nova Broadway tupiniquim, que já demonstra sinais de vitalidade. Do ponto de vista da exportação das artes e da cultura local, o momento atual nunca foi tão profícuo. Desde Paulo Coelho, um dos autores mais lidos da atualidade, até o futebol e a música, o Brasil nunca esteve tão em voga no cenário global. O gestor cultural precisa estar atendo para valer-se dessas oportunidades.

Participar ativamente do mercado da cultura sem estar a ele subordinado é uma das questões éticas mais difíceis ligadas ao cotidiano do gestor cultural. Por isso a necessidade de investir em um conjunto de ferramentas adequadas para lidar com a administração e o marketing, por exemplo, mas não sem fazer uma incursão mais profunda na questão ética.

Sustentabilidade. O grande tema do novo milênio surge como um alerta promovido por ativistas e organismos internacionais para a escassez dos recursos naturais disponíveis no planeta diante da fúria do capitalismo global.

O próprio capitalismo tomou a dianteira desse processo e resignificou, talvez de maneira irreversível, o próprio significado de sustentabilidade. Como não fosse ele o grande responsável pela catástrofe anunciada.

A demanda por desenvolvimento (agora sustentável) abriu novas frentes de exploração e especulação mercadológica, com base em créditos de carbono, carteiras de investimentos “éticos” e uma série incontável de produtos, já anunciam um processo de commoditização

da sustentabilidade.

Mas quando falamos de responsabilidade ambiental ou social, referimo-nos, em última análise, a uma necessidade de mudança de comportamento e atitude em relação a nós mesmos e ao planeta em que vivemos. Uma questão cultural, portanto.

Por outro lado, a questão cultural é inexplicavelmente deixada de lado. Não faz parte do vocabulário e das discussões estratégicas no campo da sustentabilidade.

Por que o mesmo tipo de convergência das agendas sociais não se efetivou do lado da cultura? Por que o apelo do marketing e do entretenimento sobrepõe-se às questões de relevância para o desenvolvimento cultural? Como buscar uma afinidade temática entre as questões ambientais e as responsabilidades social e cultural?

O capitalismo desenvolveu, aos poucos, seu próprio conceito de arte e cultura, utilizando elementos de valor simbólico como meio de construção de uma sociedade cada vez homogênea, destituída de valores e princípios éticos e desconectada de suas realidades e tradições culturais.

Isso se dá visivelmente na propaganda, na indústria cultural e mais recentemente no patrocínio empresarial. A arte como mero instrumento de valorização ou associação de marcas ou de plataformas político-ideológicas, como no caso do nazismo e até mesmo do *american way of life*.

Essas questões nos remetem a uma análise mais ampla e profunda do sistema, e de como a Responsabilidade Social e a pauta da sustentabilidade ocuparam o imaginário contemporâneo, sobretudo no campo empresarial.

A discussão ambiental ganhou força no Rio Eco 92, encontro internacional centrado na sustentabilidade. Desde então inúmeras organizações locais e globais adotaram a questão como frente de ativismo social. Artistas e celebridades engajaram-se nessa luta, promovendo grandes concertos, mas sempre colocando o elemento cultural a serviço de outras causas, de certa forma instrumentalizando a arte e a cultura para causas “mais abrangentes”.

A cultura do espetáculo firmou-se como um dos elementos mais marcantes da sociedade de consumo, sobretudo a partir do pós-guerra nos Estados Unidos. E tornou-se uma arma para conquista de mercados e, sobretudo, para disseminação do jeito americano de viver. Todo o movimento da contracultura valeu-se desse expediente, com artistas engajados pela paz.

O marketing ganha força como o mais efetivo mecanismo de suporte do capitalismo, gerando demandas e necessidades de consumo a partir de ingredientes de valor simbólico. A arte figura como principal matéria prima a ser manipulada e resignificada, gerando simulacros de utopia, capazes de deslocar o ser humano para uma nova dimensão, onde se encontra indefeso, amedrontado e destituído de sua própria subjetividade. Torna-se presa fácil de seus instintos mais animais: sexo, competição, automóveis e artigos de luxo surgem como elementos capazes de “agregar valor” à sua marca pessoal.

Confirmar essa hipótese da commoditização da cultura e sua utilização como mero instrumento de marketing, de ação compensatória ou ato indulgente é tudo o que não desejamos.

Precisamos desenvolver mecanismos para inserir as dinâmicas culturais na ponta de lança de uma mundialização que respeite e celebre a diversidade e garanta os direitos e liberdades culturais de todos os cidadãos do mundo.

**\*Leonardo Brant é pesquisador de políticas culturais. Presidente da Brant Associados, é autor do livro O Poder da Cultura, entre outros. Criou e edita Cultura e Mercado, o blog mais influente das políticas culturais no Brasil.**

**\* Trecho do livro O Poder da Cultura, de Leonardo Brant, a ser lançado em novembro de 2009 pela editora Peirópolis.**

14 out 2009

por Comissão Organizadora

[1 Comentário »](#)

[Artigos](#)

[Artigos](#), [Conferência Municipal de Cultura](#), [Sustentabilidade](#)

## [Cultura e Economia criativa](#)



O conceito de economia criativa origina-se do termo indústrias criativas, por sua vez inspirado no projeto *Creative Nation*, da Austrália, de 1994. Entre outros elementos, este defendia a importância do trabalho criativo, sua contribuição para a economia do país e o papel das tecnologias como aliadas da política cultural, dando margem à posterior inserção de setores tecnológicos no rol das indústrias criativas.

Em 1997, o governo do então recém-eleito Tony Blair, diante de uma competição econômica global crescentemente acirrada, motivou a formação de uma força tarefa multissetorial encarregada de analisar as contas nacionais do Reino Unido, as tendências de mercado e as vantagens competitivas nacionais. O que se destaca, nessa iniciativa, é a) sua visão de parceria entre público e privado, de modo a desenhar um programa estratégico para o país, com benefícios e responsabilidades compartilhados; b) a articulação transversal, compreendendo de diferentes setores e pastas públicas, como cultura, desenvolvimento, turismo, educação, relações exteriores, entre outras.

Nesse exercício foram identificados 13 setores de maior potencial, então nomeadas indústrias criativas. A partir disso, o conceito britânico, incluindo as indústrias selecionadas, foi replicado para países tão diversos como Cingapura, Líbano e Colômbia, independentemente das distinções de seu contexto e sem contemplar de chofre o potencial que essas indústrias específicas teriam (ou não) para a equalizar polarizações socioeconômicas nos distintos países.

Entretanto, o maior mérito do sucesso do programa britânico foi o de ter engendrado reflexões acerca de mudanças profundas e estruturais que se fazem necessárias no tecido socioeconômico global e nos embates culturais e políticos que ora enfrentamos. Não por menos a economia criativa tem suscitado discussões e estudos em áreas não puramente ligadas a uma política industrial ou econômica, mas tão vastas como atinentes à revisão do sistema educacional (questionando a adequação do perfil dos profissionais de hoje e anunciando a emergência de novas profissões), a novas propostas de requalificação urbana (gerando projetos de clusters criativos e o reposicionamento das chamadas cidades criativas), à valorização do intangível cultural por parte de instituições financeiras (clamando por modelos de mensuração inspirados nos setores de patentes e marcas), a um reposicionamento do papel da cultura na estratégia socioeconômica (lidando paralelamente com conteúdos simbólicos e econômicos) e até mesmo à revisão da estrutura econômica, de cadeias setoriais para redes de valor, incluindo novos modelos de negócio (graças às novas tecnologias e à emergência de criações colaborativas).

De fato, a economia criativa parece tomar de outros conceitos traços que se fundem, adicionando-lhes um toque próprio. Da chamada economia da experiência reconhece o valor da originalidade, dos processos colaborativos e a prevalência de aspectos intangíveis na geração de valor, fortemente ancorada na cultura e em sua diversidade. Da economia do conhecimento toma a ênfase no trinômio tecnologia, mão-de-obra capacitada e geração de direitos de propriedade intelectual, explicando porque para alguns estudiosos os setores da economia criativa integram a economia do conhecimento, muito embora esta não dê à cultura a ênfase que a economia criativa lhe confere. Da economia da cultura propõe a valorização da autenticidade e do intangível cultural único e inimitável, abrindo as comportas das aspirações dos países em desenvolvimento de ter um recurso abundante em suas mãos.

De forma geral, é possível ressaltar ao menos quatro abordagens do conceito de economia criativa.

1. **Indústrias criativas**, entendidas como um conjunto de setores econômicos específicos, cuja seleção é variável segundo a região ou país, conforme seu impacto econômico potencial na geração de riqueza, trabalho, arrecadação tributária e divisas de exportações.

2. **Economia criativa**, que abrange, além das indústrias criativas, o impacto de seus bens e serviços em outros setores e processos da economia e as conexões que se estabelecem entre eles, provocando e incorporando-se a profundas mudanças sociais, organizacionais, políticas, educacionais e econômicas. As indústrias criativas são, portanto, não apenas economicamente valiosas por si mesmas, mas funcionam como catalisadoras e fornecedoras de valores intangíveis a outras formas de organização de processos, relações e dinâmicas econômicas de setores diversos, do desenho de cosméticos que utilizam saberes locais a equipamentos e artigos esportivos que comunicam a marca de um país.

Na economia criativa, indústria e serviços fundem-se cada vez mais.

3. **Cidades e espaços criativos**, por sua vez vistos sob distintas óticas: de combate às desigualdades e violência e de atração de talentos e investimentos para revitalizar áreas degradadas de promoção de clusters criativos, a exemplo do distrito cultural do vinho na França, o cluster multimídia de Montreal, os parques criativos de Xangai 1 e o pólo de novas mídias de Pequim, de transformação das cidades em pólos criativos mundiais, não raro de maneira articulada com a política do turismo e atração de trabalhadores criativos, que quando não conduzido pode incrementar polarizações sociais e, na ausência do envolvimento comunitário, promover um esfacelamento das relações locais e a exclusão de pequenos empreendimentos criativos e da diversidade. E também volta-se à reestruturação do tecido

socioeconômico urbano, baseado nas especificidades locais, como é o caso de Guaramiranga, com seu Festival de Jazz e Blues, e de Paraty, tendo por bandeira a FLIP. Nesse sentido, é curioso que nenhuma cidade do Brasil tenha se candidatado a compor a Rede de Cidades Criativas da UNESCO, que reúne hoje com mais de 15 cidades de todo o mundo.

4. **Economia criativa** como estratégia de desenvolvimento, desmembrando-se em duas abordagens complementares. A primeira tem por base o reconhecimento da criatividade, portanto do capital humano, para o fomento de uma integração de objetivos sociais, culturais e econômicos, diante de um modelo de desenvolvimento global pós-industrial excludente, portanto insustentável. Nesse antigo paradigma a diversidade cultural e as culturas em geral podem ser vistas como obstáculos ao desenvolvimento, em vez de nutrientes de criatividade e de resolução dos entraves sociais e econômicos.

Vemos assim que a economia criativa ou, de forma mais focada em cultura, a economia da cultura, não é política cultural, não se propõe a definir os rumos da política cultural e tampouco defende que a cultura deve se curvar à economia ou – como às vezes se acredita, de maneira muito equivocada – ao mercado. Ao contrário, a economia da cultura ou economia criativa oferece todo o aprendizado e o instrumental da lógica e das relações econômicas - da visão de fluxos e trocas; das relações entre criação, produção, distribuição e demanda; das diferenças entre valor e preço; do reconhecimento do capital humano; dos mecanismos mais variados de incentivos, subsídios, fomento, intervenção e regulação; e de muito mais – em favor da política pública não só de cultura, como de desenvolvimento.

O que se depreende disso, portanto? Primeiro, que pouco adianta defender do reconhecimento do potencial econômico da cultura, se um passo ainda mais fundamental não tiver sido dado antes: o desenho de uma política pública clara, com base no contexto local. Em outras palavras, conforme o ditado que se costuma atribuir ao pensador grego Sêneca, “Se você não sabe para que porto está velejando, nenhum vento é bom”. Essa é uma questão de singular importância em um país como o Brasil, no qual dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) atestam que em 2006 não menos de 42,1% dos municípios não tinham política municipal de cultura.

Segundo, que economia é muito mais do que mercado. O que nos remete, afinal, a entender o que é economia. Etimologicamente, vem da junção de duas palavras gregas: *oikos* (casa) e *nomos* (costumes, hábitos, leis). “Administração da casa”, “administração do lar”, “administração do local onde vivemos”, como já aparecia em algumas das preocupações de Aristóteles, sob uma ótica muito ligada à questão da filosofia política<sup>3</sup>. A economia tem em seu epicentro, portanto, a sociedade e as pessoas. Ela deita raízes na filosofia moral, daí o porquê de muitos escritos econômicos dedicarem-se ao debate sobre a ética. E aqui surge um dilema interessante: o que é mais importante, a justiça distributiva ou a eficiência alocativa? Em outras palavras, é melhor utilizar os recursos da forma mais eficiente possível ou fazê-lo da forma mais justa possível? E é aí, mais uma vez, que se vê a importância de ter uma política cultural com objetivos claramente definidos.

#### **Ana Carla Fonseca Reis**

\* Administradora Pública pela FGV, Economista, Mestre em Administração e Doutoranda em Urbanismo pela USP, é consultora, assessora, curadora e conferencista internacional em economia da cultura e criativa, políticas públicas e cidades criativas. Autora de vários livros, dentre os quais *Marketing Cultural e Financiamento da Cultura* (Ed. Cengage, 2002), recebeu o Prêmio Jabuti 2007 por *Economia da Cultura e Desenvolvimento Sustentável* (Ed. Manole, 2006).

14 out 2009

por Comissão Organizadora

[0 Comentários](#)

[Artigos](#)

[Artigos](#), [Conferência Municipal de Cultura](#)

## **Cultura, Cidade e cidadania**



“O ar das cidades liberta”. Passados mais de oito séculos, esse ditado alemão se mantém atual, devido à forte relação entre a liberdade e as cidades, lugar onde os homens conseguiram se libertar das formas mais tradicionais de servidão. E, ainda que a cidade tenha produzido outras formas de servidão, algumas até voluntárias, essa ideia se mantém como uma utopia que identifica as cidades. Há discursos contrários, mas mesmo as controvérsias e os conflitos se manifestam de forma muito mais livre e plena nas cidades. Mas os homens procuravam nas cidades algo mais que a liberdade, procuravam também a cultura que se desenvolvia em seus cafés, em suas livrarias, nas suas escolas, nas exposições e na efervescência de suas ruas. A cidade constituiu-se então como um lugar da cultura, até porque a cultura necessita da liberdade e da diversidade, outra característica da cidade e talvez a que mais a distingue do campo. A cidade grande define-se por reunir muitas e diferentes pessoas. Essa diversidade, ao mesmo tempo em que é produtora de liberdade, pois o indivíduo não está preso a um único e hegemônico modo de ser e de pensar, é também fomentadora das mais diferentes manifestações culturais. A diversidade proporciona encontros inesperados e por isso mesmo criativos e inovadores.

A palavra “cidadania” vem do latim *civitas*, que quer dizer cidade. Na antiguidade clássica, o cidadão era aquele que residia nas cidades e suas relações sociais se fundamentavam em direitos e deveres compartilhados. Ao longo dos séculos, a cidadania foi sendo compreendida como um conjunto de direitos. A ideia de direitos iguais revolucionou a sociedade anterior, fundada justamente na ideia da desigualdade de *status*. A cidadania institui um código comum de direitos e, ainda que certas diferenças hierárquicas permaneçam, como as desigualdades entre as classes sociais, raça e gênero, a cidadania significa que, apesar disso, os cidadãos compartilham os mesmos direitos e deveres. A liberdade e a diversidade presentes nas cidades só fizeram expandir esses direitos. Essas considerações mostram como os três conceitos que abrem o Eixo II da Conferência Nacional de Cultura: Cultura, Cidade e Cidadania, estão intimamente relacionados. Mas nem todos aqueles que vivem nas cidades usufruem igualmente do direito à cidade, entendido como uma vida digna e com acesso a tudo aquilo que ela proporciona, como o direito à liberdade de ir e vir, de manifestar opiniões, de poder trabalhar, educar-se de morar dignamente e de ter acesso à cultura nas suas mais diversas formas. A cidadania entre nós se constituiu de forma hierárquica, um contrassenso à ideia de igualdade que ela pressupõe. Para entendê-la na suas manifestações cotidianas, foi necessário construir estranhos conceitos como subcidadãos ou hipercidadãos, cidadania regulada, cidadãos em negativo, estadania, entre vários outros. Estranhos, mas necessários para a compreensão de nossas persistentes desigualdades. Ainda que não se deva desconsiderar as mudanças e conquistas, muitas desigualdades fundamentais, e não apenas diferenças, permanecem. E, se permanecem, a cidadania não pode ser plena, até porque o exercício de um direito pressupõe o exercício de outros. O direito à cultura pressupõe o gozo dos direitos civis, que têm a ver com a manifestação livre do pensamento, com o direito de ir e vir, e, portanto, de acesso livre aos diferentes territórios da cidade. Esse, por sua vez, pressupõe o direito à vida digna e à inclusão na cidade. Já o direito à participação política se beneficia e se completa com o direito à educação e à informação. Para que os direitos sejam exercidos de maneira plena, é necessário que sejam instituídos legalmente – o que lhes dá visibilidade e garantias. Mas eles precisam também ser praticados: os cidadãos precisam ter conhecimento e condições de exercê-los. A garantia legal é um passo que precisa ser completado com o exercício, a prática do direito.

Daí que o fato de a cidade reunir os produtores e agentes da cultura e também as suas principais instituições não significa que todos tenham pleno acesso à cultura. Garantir esse acesso passa por um processo de transformação social e política. No âmbito político é fundamental que as decisões sobre a vida cultural contem com a participação dos diversos atores sociais. No campo social as nossas

cidades precisam ser mais democráticas no seu espaço, de forma a promover a interação em vez da segregação. A segregação espacial que marca as nossas cidades é um entrave físico e social ao exercício de vários direitos, além de ser uma forma de reprodução das desigualdades. Apesar da recorrência do tema da desterritorialização, o que se assiste em alguns territórios das metrópoles brasileiras é a presença de grupos sociais com baixo poder de mobilidade física em decorrência das distâncias metropolitanas e de seus custos, mas também das dificuldades de se relacionar com outros grupos e espaços, tornando-se assim, cativos de seu local de moradia. Vencer essas barreiras é um desafio para os gestores públicos, descentralizar a cultura é outro. Nesses dois casos o que se observa é a relevância do território para a cultura e os seus desafios: nem cativos, nem dependentes exclusivos de um único espaço. Por fim, o espaço é um elemento fundamental da identificação dos cidadãos com as cidades, seja nos seus espaços públicos, como as praças e os parques, nas suas construções referenciais das várias formas de viver, nos espaços do bairro ou mesmo nas suas moradias. Na construção da nossa identidade vários sentidos desempenham o papel de nos ligar às pessoas, às coisas e aos acontecimentos, mas o espaço é um dos principais. É por meio da lembrança dos lugares que as nossas experiências se fixam na memória e na nossa sensibilidade. Pertencer a uma cidade, a um estado ou a uma nação não é apenas uma condição legal, mas principalmente o compartilhamento de experiências e de vivência dos lugares. Disso decorre a importância de se preservar os lugares mais significativos da cidade como forma de consolidar a relação de identificação e envolvimento dos cidadãos com a cidade.

A atual noção de patrimônio cultural, em substituição à de patrimônio histórico e artístico, é reveladora do processo de incorporação, por essa política pública, das manifestações culturais materiais e imateriais e dos diversos grupos sociais que compõem a sociedade brasileira. A entrada do município na proteção ao patrimônio, principalmente a partir da Constituição de 1988, dá materialidade a essa ampliação, além de aproximar o patrimônio do cotidiano dos habitantes das cidades, vinculando-o às suas identidades.

Se a afirmação de que a cidade é o lugar da liberdade, da cidadania e da cultura se choca com a nossa realidade, não sendo, portanto, o seu retrato, a afirmação desse ideal e dessa utopia é a base da nossa ação no mundo. Essa talvez seja a principal razão da atualidade do ditado aqui evocado: “O ar das cidades liberta”.

**\*Luciana Teixeira de Andrade**

Socióloga, professora da PUC Minas, pesquisadora do Observatório das Metrópoles e conselheira do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte.

14 out 2009

por Comissão Organizadora

[3 Comentários »](#)

[Artigos](#)

[Artigos](#), [Cidadania](#), [Conferência Municipal de Cultura](#)

## **Cultura, Cidade e Desenvolvimento Local**

 Teatro

### ***COMO ESTRUTURAR A POLÍTICA CULTURAL EM SEU MUNICÍPIO E ACESSAR OS RECURSOS FEDERAIS?***

#### ***Como arte e criatividade podem ser ferramentas de desenvolvimento local***

A maior parte do dinheiro público investido em cultura no país vem das prefeituras, como mostrou o IBGE na pesquisa MUNIC. Essas ações ganham fôlego e abrangência se elaboradas com participação da sociedade e executadas de forma coordenada. O governo federal investe no Sistema Nacional de Cultura (SNC) para construir uma rede de cooperação entre municípios, estados e União, com o objetivo de compartilhar as responsabilidades e otimizar os recursos.

Para nortear esse trabalho, o Plano Nacional de Cultura (PNC) tem aprovação prevista para este ano. O Plano é o primeiro do País em tempos democráticos e sua etapa final de debate envolveu todos os estados ao longo de 2008. Gerido pelo Sistema, o PNC dará as diretrizes para inserir a cultura no dia-a-dia das políticas públicas.

Programas como o + Cultura – que hoje agrega mais da metade dos estados e 17 órgãos federais – apontam resultados da cooperação. Ações pactuadas vêm aumentando o número de bibliotecas e de Pontos de Cultura, por exemplo. E o uso da seleção de propostas por editais reduz a concentração de recursos e democratiza o acesso a eles.

A cultura expressa o que somos, nossa identidade. Estima-se que o setor já responde por 8% da economia brasileira. E contribui para um novo modelo sustentável de desenvolvimento. Uma cidade que valoriza sua música, suas histórias, seu artesanato, sua culinária, suas paisagens e seus ritos culturais tem mais chances de se desenvolver e se destacar.

Com esta cartilha, você saberá como incluir seu município nesses processos e como organizar a Conferência Municipal de Cultura em 2009, a fim de reunir as experiências locais e levá-las para a discussão das linhas mestras da política cultural, na 2ª Conferência Nacional de Cultura.

#### ***Como arte e criatividade podem ser ferramentas de desenvolvimento local***

##### ***O que é Sistema Nacional de Cultura (SNC)***

É um processo de articulação, gestão e promoção conjunta e coordenada de iniciativas, na área cultural, entre governos federal, estaduais e municipais e destes com a sociedade civil, com o objetivo de implementar uma política pública de cultura democrática e permanente,

visando o desenvolvimento do setor, com pleno exercício dos direitos e acesso às fontes da cultura nacional.

O que é “Acordo de Cooperação Federativa”?

Trata-se de um instrumento que estabelece condições institucionais e instrumentais para a implantação do SNC. Tais como:

- Criação de órgão gestor específico na área de cultura, (secretaria, sub-secretaria, fundação, departamento);
- Criação de um Conselho Municipal de Cultura, órgão de consulta que tem por finalidade assessorar o prefeito na definição da política cultural e na articulação dos programas;
- Criação de um Fundo de Apoio Municipal à Cultura, que tem por objetivo dar apoio financeiro a ações e projetos que visem à produção, à preservação e à divulgação de bens e manifestações culturais no município;
- Realização regular de Conferências Municipais de Cultura que têm o objetivo de levantar subsídios para os respectivos órgãos coordenadores da política cultural.

Como seu município pode aderir ao Sistema Nacional de Cultura?

O MinC, por meio de “Acordo de Cooperação Federativa”, ratificará os processos de adesão de cerca de 2 mil municípios e firmará acordo com cidades que ainda não aderiram.

Contato:

Secretaria de Articulação Institucional – SAI

fone: 61-33162084/2085

e-mail: [sistema.nacional@cultura.gov.br](mailto:sistema.nacional@cultura.gov.br)

## **Pacto Federativo**

SOCIEDADE CIVIL

Conselhos de Cultura e de Patrimônio

Fóruns Permanentes

Oscips

ONGs

Sindicatos | Ordens

Redes de Articulação

Conferências

Seminários e Oficinas

Organizada

Agentes Culturais

Grupos Informais Não Organizada

Cidadãos

Espaços de Participação

Fóruns de Secretários de Cultura de Estado

Fóruns dos Conselhos Estaduais de Cultura

Fóruns de Secretários de Cultura das Capitais

Associação de Secretários e Gestores de Cultura Municipais

Associação Brasileira de Municípios

Frente Nacional de Prefeitos

Confederação Nacional de Municípios

Transversalidade da Cultura

Câmaras Setoriais

Ministério Público

Minc | Vinculadas

Federal

LEGISLATIVO

Agenda Social Governo

Federal |

Subsecretaria de Assuntos

Federativos\_SAF

ESTADUAL

Secretarias de Cultura

Governos Estaduais

MUNICIPAL

Governos Municipais

Secretarias e Órgãos

Gestores de Cultura

Conselho Nacional de Política

Cultural

Câmaras dos Vereadores

Assembléias Legislativas

Comissão de Educação e

Cultura Senado / Câmara

Congresso Nacional

Frente Parlamentar da Cultura

Frente Parlamentar do Livro

EXECUTIVO

Replicar no estado e no município a estrutura federal

Ministérios Parceiros

Casa Civil

### **O que é Sistema Municipal de Cultura?**

É um processo que visa proporcionar efetivas condições para o exercício da cidadania cultural, estabelece novos mecanismos de gestão pública das políticas culturais e cria instâncias de efetiva participação de todos os segmentos sociais no meio cultural.

### **Como formar um Sistema Municipal de Cultura?**

O gestor de cultura, a sociedade civil e o Poder Legislativo deverão organizar-se com o objetivo de estabelecer políticas públicas de cultura no município, por meio da articulação e implementação do SMC, que deverá ser instituído por lei.

### **O que é Fundo Nacional de Cultura?**

É o mecanismo de financiamento que possibilita ao Ministério da Cultura investir diretamente nos projetos culturais, mediante a celebração de convênios.

### **Como criar um Fundo Municipal de Cultura?**

É o instrumento de financiamento das políticas públicas municipais de cultura, que funciona sob as formas de apoio a fundo perdido, mediante editais específicos.

O município pode criar seu próprio fundo, a partir de lei municipal. É importante a participação do Conselho Municipal de Cultura na definição das diretrizes para a elaboração de editais.

### ***Sistema Municipal de Cultura***

#### **O que é Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC)**

É um órgão colegiado, vinculado ao Ministério da Cultura, com espaço para representantes da sociedade civil, em que são definidas as diretrizes para a política cultural do governo federal.

#### **Como criar um Conselho Municipal de Cultura**

Em sua cidade, é possível criar um conselho com participação igual de sociedade civil e governo municipal. O primeiro passo pode ser dado por qualquer cidadão, com a criação de uma comissão provisória, que deve envolver cidadãos, gestores e parlamentares interessados.

O objetivo é convencer o governo local a criar um conselho, por meio de lei municipal. Seu papel será orientar a políticas municipais e fiscalizar o uso dos recursos.

#### **O que é Sistema Nacional de Informações Culturais?**

Com a criação do Cadastro Cultural, seu município poderá alimentar o Sistema Nacional de Informações Culturais (SNIC) com informações a respeito de artistas, grupos artísticos, equipamentos culturais, empresas culturais e entidades da organização civil vinculadas a cultura.

O sistema vai dar informações, estatísticas e indicadores, para conferir objetividade às decisões políticas do pacto federativo no setor cultural.

O SNIC será um sistema de informação retroalimentável e terá como principais fontes: esferas governamentais, instituições do Sistema MinC, Secretarias Estaduais e Municipais de Cultura, universidades, sociedade civil, etc.

### ***Sistema Municipal de Cultura***

Ao longo de 2009 e 2010, o MinC convidará municípios e estados para a implementação do Sistema Nacional de Cultura.

Atualmente, o Minc está elaborando uma parceria piloto da participação dos estados do Maranhão e de Santa Catarina.

Seus municípios vão trabalhar na implantação dos respectivos Sistemas Estaduais de Informações Culturais e os resultados poderão orientar a implementação do SNIC nos outros municípios e estados brasileiros.

Contatos: 61 3316-2305; 61 3316-2288; 61 3316-2131

#### **Plano Nacional de Cultura**

O Plano Nacional de Cultura (PNC) é um projeto de lei que, quando aprovado, vai orientar as políticas desse setor no nosso país durante dez anos. Ele se estrutura em cinco eixos:

- papel do Estado
- diversidade
- universalização
- desenvolvimento sustentável
- participação social

Seu conteúdo se originou de estudos e pesquisas somados a várias etapas de debate público, entre elas a 1ª Conferência Nacional de Cultura (2005) e os Seminários Estaduais do PNC (2008).

Os seminários foram realizados nas 27 unidades da federação, pelo Ministério da Cultura em parceria com a Câmara dos Deputados, com apoio dos estados.

#### ***O que é Plano Nacional de Cultura***

O Plano ajudará a concretizar o Sistema Nacional de Cultura, que por sua vez estabelecerá a rede de instituições e agentes para sua implantação.

- O Plano Nacional de Cultura deve ser aprovado este ano.
- Com isso, os municípios (assim como os estados) deverão elaborar seus respectivos planos.
- É recomendável que seu conteúdo esteja em sintonia com o do PNC.

Para isso, pode-se firmar um acordo de cooperação técnica com o MinC.

- O processo de discussão para elaboração do projeto pode partir do Legislativo, do Executivo ou da sociedade civil.

- Mas ele terá de ser votado pela Câmara Municipal e sancionado pelo (a) prefeito (a).

A lei do Plano Municipal de Cultura vale como uma espécie de plano diretor para a área. Suas orientações deverão ser seguidas durante as administrações municipais compreendidas na sua vigência.

Coordenação do Plano Nacional de Cultura

Secretaria de Políticas Culturais

Ministério da Cultura

(61) 3316-2283

[www.cultura.gov.br/pnc](http://www.cultura.gov.br/pnc)

[pnc@cultura.gov.br](mailto:pnc@cultura.gov.br)

***O Plano Nacional de Cultura e o seu município***

**Órgão Gestor de Cultura**

**(Secretaria / Departamento / Fundação)**

Programas, Projetos e Política de Editais

**Plano Nacional de Cultura**

Criar ou revisar os marcos legais do órgão gestor de cultura

**Instrumentos Institucionais**

**Convocar os setores culturais para o debate e implementação das Políticas Públicas**

Criar Leis de Incentivo à Cultura e manutenção do Patrimônio Histórico e Cultural

Criar o Fundo Municipal de Cultura

Implantar o Conselho Municipal de Políticas Culturais

Criar o Cadastro de informações Culturais

Elaborar o Plano Municipal de Cultura

**Sistema Nacional de Informações Culturais**

**Conferência Nacional de Cultura**

Instituir a Conferência Municipal de Cultura

**Município**

**Câmara | Vereadores**

**Propõe e recebe**

**Projetos de Lei / Audiências Públicas**

**PREFEITURA: Gestor das Políticas Públicas**

**Sub-sistemas setoriais**

Câmaras Setoriais

Comissão de Cultura e Educação

Frente Parlamentar de Cultura

**Sistema Nacional de Cultura**

Conselho Municipal de Políticas Culturais (Paritário)

Participação e controle social

Fóruns Permanentes de Cultura

SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

Criar por meio de Lei

Redes Culturais

Sindicatos / Órdens

ONGs / Associações

Culturais

Museus

Bibliotecas

Arquivos

Teatros

Informações Culturais

Ministério Público do Estado na Comarca / Circunscrição

O conjunto de ações que formam o programa + Cultura insere a garantia do direito de manifestação individual na agenda de políticas essenciais dos governos federal, estaduais e municipais.

Ao envolver todo o conjunto do governo federal, além dos governos estaduais e municipais, o + Cultura é a primeira ação coordenada de Estado na área, com o objetivo de atender um direito essencial à cidadania. Colocando o acesso e a produção de cultura como um dos direitos essenciais do cidadão, ao lado de educação, saúde e saneamento.

Algumas ações do programa, em que seu município pode participar por meio de editais ou ser parceiro dos governos federal ou estaduais:

**Pontos de Cultura – incentivo a projetos culturais já existentes, por meio do repasse de R\$ 180 mil, em três anos, a cada Ponto.**

**Cine + Cultura – Espaços para exibição de filmes em locais onde não têm salas de cinema. O MinC doa kit de audiovisual e treina os cineclubistas.**

**Conteúdos para TV Pública – produção de conteúdos audiovisuais para difusão nas emissoras públicas, realização de seminários, etc.**

**Espaço de Brincar – fortalecem iniciativas culturais voltadas à infância e adolescência, através de premiação unitária de R\$ 18 mil.**

**Pontos de Leitura – Reconhecem projetos de incentivo à leitura, *O que é o + Cultura* pela doação de livros, computador e mobiliário.**

**Agentes de Leitura – Formação de jovens entre 18 e 29 anos, com ensino médio completo, para atuarem na formação leitora.**

**Livros + Cultura – edição e distribuição periódica de publicações de qualidade.**

**Vale Cultura – viabilizar o acesso de trabalhadores, com carteira assinada, e suas famílias a bens e serviços culturais.**

**Espaço + Cultura – Criar espaços vocacionados a motivar a frequência de jovens, famílias, e promover a integração de diferentes grupos sociais.**

**Bibliotecas + Cultura – implantadas onde não têm este equipamento e modernizadas as já existentes, por meio de doação de kits.**

**Pontos de Memória – reconstrução da memória social e coletiva de comunidades, a partir do cidadão, de suas origens, histórias e valores.**

**Microcrédito Cultural – Estimular empreendedores do setor cultural, oferecendo condições financeiras para seus projetos.**

Coordenação Executiva do Programa Mais Cultura

Secretaria de Articulação Institucional

Ministério da Cultura

coordmaiscultura@cultura.gov.br

www.cultura.gov.br

(61) 316-2151 / 2152

***Como pode funcionar o + Cultura em seu município***

Mais de 50 mil pessoas participaram das etapas municipais, estaduais e federal da 1ª Conferência Nacional de Cultura (CNC), em 2005. Foram 1.158 municípios, 19 Estados e o Distrito Federal, que realizaram conferências próprias.

Da Conferência, foram tiradas as diretrizes que sustentam o Plano Nacional de Cultura (PNC). Em votação no Congresso Nacional, o PNC vai definir as estratégias para a política de Estado para a área nos próximos dez anos.

Ainda em 2009, o Ministério da Cultura vai lançar o processo da 2ª Conferência Nacional de Cultura. A CNC será a principal instância para os cidadãos colocarem as demandas de seu município em nível nacional.

### **Como seu município pode participar da 2ª Conferência Nacional**

Assim como na 1ª Conferência Nacional de Cultura, as cidades podem preparar as suas próprias conferências municipais. Isso pode ser feito pela Prefeitura Municipal, em articulação com Câmara dos Vereadores, e outras instâncias de discussão sobre política cultural – Conselho Municipal de Cultura, Fóruns Permanentes de Cultura, grupos culturais, etc.

A própria Conferência Municipal é um momento para articular o setor cultural na cidade. É também a possibilidade de dar escala nacional às demandas municipais. Para isso, a cidade deve organizar sua conferência até 30 de agosto deste ano.

Secretaria de Articulação Institucional

Ministério da Cultura

[www.cultura.gov.br](http://www.cultura.gov.br)

(61) 3316-2084/ 2085

e-mail: [conferencia.nacional@cultura.gov.br](mailto:conferencia.nacional@cultura.gov.br)

### ***O que é Conferência Nacional de Cultura***

Os editais de seleção pública de projetos representam uma forma democrática e transparente para a distribuição de recursos. Com eles, a destinação do dinheiro público segue regras claras e critérios objetivos. Seu uso amplia o acesso aos meios de financiamento da cultura e favorece a escolha das propostas mais qualificadas.

O Ministério da Cultura vem ampliando, ano a ano, o uso dessa ferramenta como estratégia para regionalizar investimentos e fortalecer a diversidade cultural brasileira. Em março de 2008, lançou o Observatório dos Editais, que, além de acompanhar as seleções do MinC, orienta e estimula estados, prefeituras e empresas na adoção dessa prática.

Observatório dos Editais

Secretaria de Políticas Culturais

Ministério da Cultura

[editais@cultura.gov.br](mailto:editais@cultura.gov.br)

(61) 3316-2243

[www.cultura.gov.br/observatorio](http://www.cultura.gov.br/observatorio)

### ***Democratização e transparência***

- É interessante constituir uma política de editais, em vez de ações isoladas.
- Ela deve estar alinhada aos objetivos do Plano Municipal de Cultura.
- As regras da seleção precisam ser publicadas na forma de edital (no Diário Oficial, em jornais da cidade, em guias culturais etc.).
- A seleção pode ser dirigida às diversas artes e manifestações ou a linguagens e segmentos específicos (teatro, música, museus, culturas populares, Pontos de Cultura etc.).
- Nomeia-se uma comissão idônea para selecionar os projetos.
- Os selecionados terão de prestar contas da execução de seu projeto.
- O poder público pode exigir dos beneficiados contrapartidas para a comunidade.
- Elas podem consistir em ingressos gratuitos, apresentações na periferia, oficinas de formação e outras opções.

### ***Programas do Ministério dos quais o seu município pode participar***

#### **Cine + Cultura**

O Programa amplia a difusão da produção audiovisual brasileira, em especial a independente, por meio da cessão de equipamentos digitais para criação de Cineclubes, que recebem também formação e capacitação, assim como filmes fornecidos pela Programadora Brasil. O objetivo é a consolidação de um circuito alternativo não-comercial.

A prefeitura ou secretaria responsável poderá atuar junto ao programa fornecendo apoio e orientação às iniciativas de projetos e contribuindo com a divulgação das atividades desenvolvidas por cada Cineclube. O programa está à disposição para oferecer suporte às prefeituras interessadas em desenvolver programas nesta linha.

Informações: [contato@cinemaiscultura.org.br](mailto:contato@cinemaiscultura.org.br)

### **Revelando os Brasis**

Dirigido aos moradores de municípios brasileiros de até 20 mil habitantes, o projeto seleciona 40 histórias, que serão transformadas em produções audiovisuais em vídeo digital. O programa oferece aos ganhadores oficina de formação em roteiro, direção, produção, fotografia e câmera, som, edição, direção de arte, mobilização e direitos autorais.

A prefeitura ou Secretaria responsável poderá apoiar essas iniciativas locais, muitas delas com temas relacionados ao município.

**Informações:** [www.revelandoosbrasis.com.br](http://www.revelandoosbrasis.com.br)

### **Programadora Brasil**

A Programadora Brasil disponibiliza filmes e vídeos nacionais para exibição não-comercial em circuitos alternativos – por exemplo os Cineclubes – com o objetivo de promover o encontro do público com o cinema brasileiro.

A prefeitura ou secretaria responsável poderá, conjuntamente com o programa, articular a criação de Cineclubes em escolas e centros culturais e comunitários, promovendo a aproximação de cineclubistas.

As prefeituras podem contribuir adquirindo os kits de DVDs organizados pela Programadora Brasil, em acordo com os cineclubes e outros espaços de exibição locais.

**Informações:** [www.programadorabrasil.org.br](http://www.programadorabrasil.org.br)

### **Programa Olhar Brasil**

Rede, atualmente, formada por 12 Núcleos de Produção Digital (NPDs), em doze estados. Cada NPD apóia a produção audiovisual independente local com a cessão gratuita de equipamentos, suporte técnico e a realização de atividades de formação.

As prefeituras onde há Núcleos implantados, podem atuar também, realizando parcerias para apoiar as atividades do NPD. Já existem experiências de trabalho conjunto entre Estados, Municípios e os Núcleos. Outra possibilidade é a criação, pelas prefeituras, de estruturas similares que possam interligar-se à Rede Olhar Brasil existente.

**Informações:** [www.cultura.gov.br/blogs/rede\\_olhar\\_brasil](http://www.cultura.gov.br/blogs/rede_olhar_brasil)

### **Programa Nacional De Cultura, Educação E Cidadania – Cultura Viva**

O Programa Cultura Viva, criado em 2004, apóia ações culturais de comunidades em suas dimensões simbólica, econômica e cidadã. Com uma parceria público-privada, o Programa potencializa e reconhece indivíduos e entidades que constroem a riqueza cultural brasileira. As ações do Cultura Viva articulam os Pontos de Cultura. A iniciativa, atualmente com mais de 850 Pontos de Cultura, desenvolve as seguintes ações: Cultura Digital, Escola Viva, Griô, Cultura e Saúde, Ludicidade, Interações Estéticas, Central de Intercâmbios e Mídias Livres.

Por meio de convênios entre o Governo Federal com estados e municípios, será possível ampliar a rede de Pontos de Cultura para três mil em todo o País até 2010. O valor destinado para cada Ponto é de R\$ 180 mil, durante três anos.

A prefeitura ou Secretaria responsável pode participar do Cultura Viva da seguinte forma:

- Como proponente de uma rede de Pontos de Cultura em seu município (para municípios com mais de 100 mil habitantes);
- Orientando e capacitando entidades culturais do seu município para participarem do edital para Pontos de Cultura.

**Informações:**

**Tel:** (61) 3316-0681

**internet:** [www.cultura.gov.br/culturaviva](http://www.cultura.gov.br/culturaviva) e [comunicacao.sppc@minc.gov.br](mailto:comunicacao.sppc@minc.gov.br)

O diálogo intercultural e o respeito às diferenças estão presentes no trabalho desenvolvido pela Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura com os setores culturais significativos para a Diversidade Cultural Brasileira. A SID realiza ações – editais de premiação, encontros, oficinas e seminários visando à construção e o amadurecimento de políticas públicas culturais para a diversidade.

Essas ações são direcionadas aos artistas e praticantes das culturas populares, às comunidades indígenas e ciganas, aos pescadores artesanais, ao segmento LGBT, aos idosos, aos jovens (ações atualmente voltadas para o movimento Hip-Hop), às crianças, aos usuários dos serviços de saúde mental, bem como à saúde dos trabalhadores por meio da cultura. Todas as ações visam aplicar a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais.

Prefeituras ou entidades vinculadas ao poder público municipal já se beneficiam direta ou indiretamente das ações e editais promovidos pela SID. Estes órgãos ou entidades podem participar por meio de um diálogo direto com a secretaria, visando o estabelecimento de parcerias, trazendo comentários, sugestões e/ou críticas, buscando informações ou solicitando apoio para construção de políticas similares.

**Informações:**

**identidadecultural@cultura.gov.br**

**Tel: (61) 3316-2129**

A Sefic é responsável por receber e analisar as propostas culturais singulares, que não encontram amparo nos programas setoriais realizados por edital pelo MinC (demanda espontânea), e encaminhadas para pleitear apoio pelo **Fundo Nacional da Cultura (FNC)**, um dos mecanismos de financiamento previstos na Lei 8.313/1991 (Lei Rouanet). As áreas abrangidas são Artes Cênicas, Artes Visuais, Humanidades, Música ou Patrimônio Cultural.

Tais propostas devem estar alinhadas com as políticas públicas do MinC e conter características como:

- Singularidade – caráter notável, distinto, excepcional, único, significativo ou diferente;
- Inovação – incentivo a novas temáticas e investigações artísticas e culturais;
- Desdobramento – previsão de desdobramento, na forma de oficinas, cursos de capacitação, etc;
- Potencial de infra-estrutura – propostas que fortaleçam o conhecimento, a produção, a circulação, o acesso e o intercâmbio de bens e serviços culturais.

Após passar por análise documental e processo seletivo, em caso de aprovação o projeto é executado mediante **convênio**.

Outra forma de obter recursos para a execução de um projeto cultural é propor a um parlamentar ou a um grupo de parlamentares (senadores ou deputados federais) a apresentação de uma Emenda no intuito de beneficiar uma comunidade.

Como o orçamento do MinC é composto por recursos do FNC e por recursos do Tesouro Nacional, a Emenda pode ser solicitada ao orçamento do FNC ou ao orçamento do Tesouro. Caso seja aprovada no Congresso Nacional, é incluída no orçamento. Quando são finalizados todos os procedimentos e a Lei Orçamentária Anual (LOA) é publicada, dessa forma, pode-se elaborar o projeto cultural e encaminhá-lo para análise da SEFIC.

Se a proposta estiver dentro dos critérios técnicos e legais e se houver dotação orçamentária para sua realização, é executada mediante **celebração de convênio** ou **contrato de repasse**.

#### **Informações:**

**Tel.: (61)3316-2215/2251/2254/2357/2363**

**e-mail: [fomento@cultura.gov.br](mailto:fomento@cultura.gov.br)**

**Site: [www.cultura.gov.br](http://www.cultura.gov.br), link**

#### **Apoio a Projetos**

O Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) é um conjunto de projetos, programas, atividades e eventos na área de livro, leitura, literatura e bibliotecas em desenvolvimento no país, empreendidos pelo Estado (em âmbito federal, estadual e municipal) e pela sociedade.

A prioridade do PNLL é transformar a qualidade da capacidade leitora do Brasil e trazer a leitura para o dia-a-dia do brasileiro. Sua finalidade básica é assegurar a democratização do acesso ao livro, o fomento e a valorização da leitura e o fortalecimento da cadeia produtiva do livro como fator relevante para o crescimento da produção intelectual e o desenvolvimento da economia nacional.

A prefeitura ou secretaria de cada município poderá criar seu próprio Plano Municipal de Livro e Leitura, com base na experiência já realizada pelo PNLL, e fazer as adaptações locais necessárias. Para isto, é condicional a criação prévia de uma legislação municipal na qual seja possível ancorar as diretrizes para o setor. O município poderá fazer com que as ações de livro e leitura sejam incorporadas ao Mapa de Ações do PNLL, bem como incentivar a inscrição das iniciativas nos editais nacionais e estaduais e a participação na Rede Biblioteca Viva, para que sejam reconhecidas, facilitando o trabalho de articulação entre si.

#### **Informações:**

**Tel: (11) 3242-7171 / (61) 3316-0648**

**[secretaria@pnll.gov.br](mailto:secretaria@pnll.gov.br) | [www.pnll.gov.br](http://www.pnll.gov.br)**

A Fundação Nacional de Artes (Funarte) é o órgão responsável, no âmbito do Governo Federal, pelo desenvolvimento de políticas públicas de fomento às artes visuais, à música, ao teatro, à dança e ao circo. Vinculada ao Ministério da Cultura, a Fundação tem como objetivos principais o incentivo à produção e à capacitação de artistas, o desenvolvimento da pesquisa e a formação de público para as artes no Brasil.

Para cumprir essa missão, a Funarte concede bolsas e prêmios, mantém programas de circulação de artistas e bens culturais, promove oficinas, publica livros, recupera e disponibiliza acervos, provê consultoria técnica e apóia eventos culturais em todos os estados brasileiros. Além de manter espaços culturais no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal, a Funarte disponibiliza parte de seu acervo a todos os usuários da internet, no Canal Funarte.

**Informações: [www.funarte.gov.br](http://www.funarte.gov.br);**

**[ascomfunarte@funarte.gov.br](mailto:ascomfunarte@funarte.gov.br) ou (21) 2279-806**

Com a articulação da Política Nacional de Museus, implantada em 2004, está sendo lançada anualmente uma série de editais e prêmios. Estão em período de inscrição o Edital +Museus, que visa à criação de museus em municípios com até 50 mil habitantes que não possuem

museu; o Edital de Modernização de Museus, de apoio a projetos para aquisição de acervos museológicos, equipamentos de informática, segurança, conservação, climatização, iluminação, reservas técnicas, mobiliários e equipamentos para promoção de projetos educativos e o Prêmio Darcy Ribeiro – de incentivo às práticas educativas em museus.

Já com o intuito de integrar os museus brasileiros, sempre no mês de maio, as instituições são convidadas a participar da Semana Nacional de Museus, que reúne uma agenda nacional com programações diversas: projetos educativos e culturais, projeção de filmes, palestras, visitas monitoradas, espetáculos teatrais, gincanas e outras inúmeras ações. E, em setembro, acontece a Primavera dos Museus – um convite às instituições museológicas a incluir em suas programações temas amplos, voltados para a consciência ecológica e para a preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural.

Os municípios também podem participar das campanhas para adesão ao Sistema Brasileiro de Museus (SBM), instituído pelo Decreto nº 2.624/2004. O SBM é o instrumento articulador e propulsor da Política Nacional de Museus, e ao Cadastro Nacional de Museus, que trabalha no mapeamento da diversidade museal brasileira.

**Informações: [demu@iphan.gov.br](mailto:demu@iphan.gov.br) ou (61) 3414 6167**

Por meio do programa Livro Aberto – uma das diversas ações do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) – foram implantadas desde 2006, 703 bibliotecas municipais no país, um investimento estimado em R\$ 44 milhões. Durante esse período, houve também outras 96 bibliotecas modernizadas. Restam ainda 361 municípios brasileiros sem biblioteca pública, o equivalente a 7% do total. A meta é zerar esse déficit até o final deste ano. Até 2003, existiam 1.173 cidades sem bibliotecas públicas no Brasil, equivalentes a 21,09% do total de 5.564 municípios brasileiros.

Em 2007, a FBN comprou 600 mil livros em leilão (redução de 50% no preço por exemplar) para fazer parte do acervo dessas bibliotecas. Para se inscrever no Programa Livro Aberto da FBN, as prefeituras devem estar adimplentes com a União, dispor de espaço e de pelo menos um funcionário especializado.

O programa compreende um kit com uma coleção com cerca de dois mil livros, equipamentos de som, TV, DVD e vídeo, móveis e um software para arquivamento e digitalização, o *biblivre*, desenvolvido gratuitamente pela Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (COPPE), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e que já vem com todo o acervo digitalizado.

Para estimular a prática da leitura, a FBN mantém a Casa da Leitura, localizada em Laranjeiras, no Rio de Janeiro, sede do Programa Nacional de Estímulo à Leitura (Proler).

**Informações: (21) 2210-1134**

A Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), instituição pública federal, vinculada ao Ministério da Cultura, se dedica ao trabalho intelectual, à consulta de livros e documentos, e à preservação da memória nacional.

A missão da FCRB é promover a preservação e a pesquisa da memória e da produção literária e humanística, bem como congregar iniciativas de reflexão e debate acerca da cultura brasileira.

Situada na cidade do Rio de Janeiro, a Fundação preserva e divulga acervos de interesse nacional, por constituírem patrimônio cultural importante, e realiza trabalhos de alcance internacional.

As principais atividades da FCRB são: manutenção, preservação e difusão do Museu Casa de Rui Barbosa e respectivo jardim; formação, preservação e difusão do acervo bibliográfico e documental, destacando-se os laboratórios técnicos; publicação dessas pesquisas e participação de pesquisadores em eventos acadêmicos e científicos; formação e qualificação de pesquisadores e a realização de atividades acadêmico-científicas, acrescidas com algumas atividades de música, literatura e cinema, este principalmente documental.

**Informações: [www.casaruibarbosa.gov.br](http://www.casaruibarbosa.gov.br)**

A preservação do patrimônio material e imaterial brasileiro é hoje um dos pontos centrais de atuação das políticas culturais do Ministério da Cultura. Além do trabalho permanente de fiscalização, proteção, identificação, restauração, preservação e revitalização dos monumentos, sítios e bens móveis do país, o do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) passou também a atuar no reconhecimento de diversas manifestações culturais brasileiras, a partir de uma política inédita de valorização do patrimônio imaterial. Passaram a ser registrados os diversos saberes, fazeres, tradições, lugares, ritmos e expressões brasileiras.

Merece destaque o Programa Monumenta, ação estratégica do Iphan com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, recursos de Estados e Municípios e apoio operacional da Unesco. O programa busca conjugar recuperação e preservação patrimonial a ações que promovam a sustentabilidade dos sítios históricos, motivando o uso econômico, cultural e social do patrimônio nesses locais.

Hoje integram o programa 83 Municípios brasileiros, detentores de 101 sítios urbanos nacionais considerados patrimônio histórico, artístico ou arquitetônico. Um crescimento expressivo desde 2003, quando eram apenas 26 municípios atendidos pelo Monumenta.

O comprometimento das prefeituras parte da assinatura de um convênio com o Ministério da Cultura e a execução final do programa é essencialmente municipal. A cidade investe uma contrapartida financeira no projeto, mas não participa posteriormente do pagamento do empréstimo ao BID.

**[www.monumenta.gov.br](http://www.monumenta.gov.br) ou [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)**

**Tel: 61 3901-3879**

12 out 2009

por Comissão Organizadora

- 

## • Páginas do Blog

- [Conferência Mun. Cultura](#)
- [Conselhos de Cultura](#)
- [Discussão](#)
- [Programação da I CMC](#)
- [Regimento Int. da I CMC](#)

## • Categorias

- [Artigos](#) (4)
- [Conferência Municipal de Cultura](#) (8)
- [Conferências Livres](#) (10)
- [Conselho Municipal de Cultura](#) (2)
- [Notícias](#) (2)

## • Últimas postagens

- [Conselho Municipal de Cultura: vai ser realidade em São João del-Rei](#)
- [Deliberações da Comissão Articuladora do CMC.](#)
- [Comissão articuladora para a criação do Conselho](#)
- [Relatório da I Conferência Municipal de Cultura](#)
- [Dia Nacional Da Cultura](#)
- [Conferência Livre na região da Colônia](#)
- [O que a Colônia, parcialmente rural e com aeroporto, tem culturalmente?](#)
- [A maior parte da cultura está nas comunidades carentes', 'de chapéu na mão'](#)
- [Conferência Livre da região Dom Bosco](#)
- [Conferência Livre do Centro: cultura são-joanense é “amparada”? “Chorosa”? “Sem cafezinho”?](#)

## • Links interessantes

- [Conferência Nacional de Cultura](#)
- [Prefeitura Municipal de São João del-Rei](#)
- [Universidade Federal de São João del-Rei](#)

## • Falam da Conferência Municipal de Cultura:

- [Marcos dos Anjos](#) em [Conselho Municipal de Cultura: vai ser realidade em São João del-Rei](#)
- [Comissão Organizadora](#) em [Cultura, Cidade e Desenvolvimento Local](#)
- [aliene carvalho](#) em [Cultura, Cidade e Desenvolvimento Local](#)
- [Marco Ribeiro](#) em [Conferência Livre na região da Colônia](#)
- [Carlos Bem](#) em [Cultura, Cidade e cidadania](#)

## • Administrador

- [Cadastre-se](#)
- [Fazer login](#)
- [Posts RSS](#)
- [RSS dos comentários](#)
- [WordPress.org](#)

## • Tags

- - [Início](#)
- - [Conferência Mun. Cultura](#)
- - [Discussão](#)
- - [Regimento Int. da I CMC](#)
- - [Programação da I CMC](#)
- - [Conselhos de Cultura](#)

Theme design by [Xemele.cultura.gov.br](http://Xemele.cultura.gov.br) inspirado em One Room e Scarlet Theme.

-